

Cláudia Gomes
30 06 2015 2.º abel. do CPFNT

Y dona a feira

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 19 DE MAIO DE 2015 ---

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.---

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr. Vice – Presidente Silvino José da Silva Lúcio e a Sra. Vereadora Cláudia Gomes; pela CPFNT os Srs. Vereadoras António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins.---

--- Faltaram, o Senhor Vereador António Amaral, por se encontrar em gozo de Férias e a Senhora Vereadora Ana Maria Ferreira, que apresentou justificação para a ausência.---

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.---

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ---

--- O Senhor Presidente deu início à Reunião cumprimentou o público presente e nos termos regimentais indagou se alguém do público queria intervir. ---

--- Interveio o Sr. José Caetano que referiu a falta de informação do novo recinto da feira e perguntou se havendo tanta gente no desemprego, porque eram os bombeiros a proceder à limpeza dos espaços verdes, com o que não concordava, para finalizar perguntou como é que estava o processo da indemnização devida pelo Estado Português pelas isenções concedidas à OPEL.---

--- Em resposta o Senhor Presidente disse que o novo espaço da feira estava tratado, já existiam as condições para que a feira ali se instalasse, já havia água, luz, o local reservado para uma casa de banho bastante grande que ali permaneceria ao longo do ano, disse estar concluída a sinalização que iria começar a ser instalada com a indicação do novo espaço da feira, e informou que a avenida desde a rotunda da Boavida Canada até ao fim do espaço da Feira ia ser reparada com um novo tapete. Quanto ao recrutamento do pessoal através do Fundo de desemprego, informou que o processo agora estava muito mais complicado, que o pessoal tinha de ser solicitado a Santarém, apreciado por Lisboa e era altamente morosa a sua colocação. Quanto aos Bombeiros, referiu que nada tinha a ver com a Câmara e sim com um Protocolo acordado com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Azambuja e a Junta de Freguesia de Azambuja. Quanto à indemnização da OPEL, disse que numa reunião que tinha tido com o Sr. Secretário de Estado lhe tinha falado no assunto, tendo-lhe dito inclusive que tinha receio que com o passar do tempo o processo prescrevesse, ao que o Senhor Secretário de Estado dissera que tal não aconteceria.---

--- Interveio o Senhor Manuel Couceiro, para felicitar o Senhor Vice- Presidente pela obra feita na estrada do campo, chamando no entanto a atenção para os valados que ainda não tinham guardas, a que o Sr. Presidente respondeu que já tinha visto o assunto com o Senhor Vice-Presidente e que tinham procedido à aquisição das guardas para instalar. ---

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ---

--- Interveio a Senhora Vereadora Maria João Canilho, nos seguintes termos" *Tenho algumas questões que pretendia colocar a primeira questão tem a ver com os trabalhadores da EMIA, queria saber se a Provedoria da Justiça já teria contactado a Câmara Municipal de Azambuja, solicitando informação sobre os trabalhadores da EMIA, se sim quais foram as perguntas e que respostas a Câmara lhe deu e gostaríamos de ter uma cópia destes documentos se fosse possível*" a que o Sr. Presidente respondeu:" *Senhora Vereadora a Procuradoria Geral da Republica não nos pediu nada em relação aos trabalhadores da EMIA, já trocamos alguma*

documentação ,mas a outro nível, sobre os trabalhadores ainda ninguém disse nada, nem houve pergunta nenhuma. -----

--- Retomando a palavra a Senhora Vereadora disse:" regressando a um assunto que tem sido muito debatido, quer aqui quer em Assembleia Municipal, a questão da iluminação pública, eu acho que seria importante de uma vez por todas que existisse um relatório sobre a política dos cortes na iluminação pública e se possível que se fizesse também um quadro síntese com os valores da poupança obtida até agora, há com certeza um funcionário da Câmara responsável por esta matéria, seria importante fazermos aqui um relatório, fazer um plano de situação em relação a isto para que de uma vez por todas se perceba se estamos a caminhar no sentido certo ou não, ou se tem de se reformular efetivamente aqui estas ideias em relação aos cortes da iluminação pública. Tenho depois também aqui uma questão que se prende com a requalificação do palácio de Manique, sabemos que há um projeto de requalificação. Gostaríamos de saber em que ponto de situação é que estamos e também se este projeto contempla a casa da Câmara, se será um projeto conjunto ou se haverá aqui uma ideia de juntar estas duas requalificações, se assim fôr este projeto tem ou não tem possibilidades de avançar com Fundos Comunitários? Em resposta o Sr. Presidente disse: "Sra. Vereadora a casa da câmara não tem porque os Fundos Comunitários só contemplam edifícios classificados, andei a ver por causa da casa da câmara é nós queríamos fazer lá umas modificações e vamos ter que as fazer em parceria com a Junta de Freguesia e a Junta já iniciou alguns trabalhos combinados connosco e portanto estamos a reparar conforme vamos podendo em parceria com a junta de freguesia. Quanto ao Palácio, o Palácio não é da Câmara e portanto eu penso que ele podia ser alvo da requalificação e depois entrar neste projeto do Portugal 2020 , mas ele não é nosso e não pensemos que este portugal 2020 nos vem trazer grandes ajudas para as Câmaras Municipais, vai fazer muito para as empresas para os empresários, isso vai-lhes fazer muito, para nós aquilo que nós Câmaras Municipais desejaríamos e quereríamos que realmente isso pudesse acontecer dessas obras e determinados trabalhos, não somos contemplados. Posso dizer que já inseri nesse quadro 2020 a sala de aulas em Aveiras de Cima para o Pré escolar, mas tudo aquilo que me têm dito e as reuniões que tenho tido, ainda há poucos dias tive uma reunião na CIMLT, com dois técnicos nossos, ele está lá mas está um bocadinho sublinhado a negro, o que é que isto quer dizer, quer dizer que a única coisa que me deram autorização a nível da educação foi que se fizessém dois agrupamentos escolares para estas Câmaras todas da CIMLT, quanto á requalificação em agrupamentos que já existem há aqui uma dúvida muito grande, há quem diga que sim há quem diga que não, mas de qualquer das maneiras nós inserimos. Temos uma ficha de projeto também já feita para ser enviada mas é como lhe digo eu gostaria muito que pudéssemos ser contemplados porque poderíamos ir alí buscar algum dinheiro para depois poder ser utilizado. Posso dizer-lhe que tenho perguntado algumas vezes pela situação da carta escolar, que na revisão da carta escolar isso também lá vem indicado e portanto depois a Senhora Vereadora como faz parte do conselho municipal também vai ter oportunidade de dar a sua opinião e de ver e falar quando esse documento vier. Temos tido contactos mas como disse há dias faltavam elementos da Escola básica de Azambuja e não sei como é que está. Por acaso já hoje pedi que me esclarecessem esta situação, se os documentos já tinham sido enviados ou não e disseram-nos que até final deste mês nos diriam alguma coisa, mas não há mais nada, novidades nenhuma, as mesmas que disse é como estavam. Aquilo que nos dá realmente muito e podemos ir buscar algum dinheiro é na eficiência energética, tanto para iluminação exterior que é aquilo que nós também apostamos cerca de 800.000.00 € de fazer toda essa alteração e também a questão das piscinas, independente de haver alguns projetos intermunicipais, como uma ciclovia, a questão do barco poder funcionar e ser intermunicipal, agora o Palácio Pina Manique não, nós também tínhamos algumas igrejas que queríamos também pôr e disseram-nos logo que não."

--- Continuando a Sra. Vereadora perguntou: "Em que pé é que está o pedido de apoio do atleta Paulo Pinheiro, gostávamos de saber, sendo ele um cidadão portador de deficiência, gostaríamos de saber se há algum tipo de projeto específico que possa ajudar este nosso atleta que tanto tem feito por este concelho, gostaríamos de saber realmente em que pé é que está e que tipo de ajuda é que podemos dar a este atleta", a que o Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador António Amaral estava a tratar desse assunto, e que talvez na próxima reunião de câmara ele já trouxesse a proposta. -----

--- Continuando a sua intervenção a Sra. Vereadora disse: "Uma outra questão que já temos falado sobre ela, aquele ferro velho no cruzamento do pôr do sol em Alcoentre, já foram tomadas medidas para tentar esconder aquele cartão de visita a quem entra no nosso concelho por este lado? A que o Presidente respondeu: "O processo do ferro velho é o seguinte, nós andamos com um processo grande aqui na Câmara, na sexta-feira reuni com a advogada da empresa e com o arquiteto que está a acompanhar este processo posso dizer-lhe que parte dos armazéns que eles lá têm já estão legalizados assim como aquele mais antigo ali á entrada onde era uma habitação, está o processo a decorrer da legalização dentro desse recinto, do lado direito está em obras mais um pavilhão para desmantelamento, há um pequeno pormenor a CCDR está um bocadinho renitente porque aquela área onde aquele pavilhão está a ser construído está como malha urbana e por isso dizem que não poderão construir aquele armazém para destruição de automóveis e eles neste momento estão a ver com a advogada e o arquiteto do projeto, já se respondeu á CCDR, já se fizeram algumas reuniões com eles e eles estão a pensar na alternativa daquele armazém poder não servir para desmantelar as viaturas mas para servir de armazenamento para guardar peças prontas a ser vendidas. Havia um problema na entrada e saída na estrada nacional, as E.P. já deram luz verde está tudo ok, falta os irmãos abrirem um bocadinho mais aquela avenida porque têm de retirar os muros e andar com os muros um bocadinho mais para trás, já chegaram a esse acordo e há o compromisso da parte deles das áreas de cedência de compensação em que eles têm de nos dar uma área bastante grande ao lado do cemitério para se poder fazer ali um parque de estacionamento, que é uma reivindicação da Junta de Freguesia de Alcoentre há vários anos, mas agora vieram-nos com outra proposta em vez de ser do lado esquerdo do cemitério pudesse ser do lado direito, mas para ser do lado direito eles ainda têm de comprar aquele terreno e eu disse-lhes a eles que tudo bem, mas que se quando o processo tivesse de vir novamente á Câmara essa situação não estivesse resolvida não andaria mais, além de querer também ouvir o Senhor Presidente da Junta de Alcoentre no sentido de saber se ele estaria ou não disponível para isso, em vez de ser num lado ser no outro."-----

--- Retomando a palavra a Sra. Vereadora disse: "Em relação ao PAPI, e nomeadamente ao Parque da Aveiras de Cima, que já tinha financiamento, o projeto já está concluído, já há mais algum projeto de apadrinhamento? A que o Presidente respondeu " O processo está praticamente concluído, houve uns acertos e umas alterações, a CLC como disse na altura apadrinhou com cerca de 9.000.00 €, temos contactado mais algumas empresas eu pedi que fossem feitas algumas alterações ao projeto, no entanto já há um novo interessado para apadrinhar em parte (10.000.00 €) o Parque Infantil de Azambuja. -----

--- Continuando a Senhora Vereadora perguntou: " Há uma outra questão que nós gostaríamos de colocar que tem a ver com o arranjo urbanístico em Casais dos Britos, aquele em frente às vivendas, a questão prende-se com o seguinte ali há necessidade de proceder a um arranjo, a um calcetamento e a questão é: este calcetamento compete ou não compete ou competiria ao loteador? A que o Senhor Presidente respondeu: Senhora Vereadora, posso dizer-lhe que nós neste momento temos um projeto concluído, não só para esse bocadinho aí mas sabe que aquilo lá em cima, é um bocadinho confuso porque não há rede de pluviais, está a falar-me naquele cruzamento logo ali na capela e quando nós viramos para "O Jorge da Musica" para

nós recuperarmos aquele espaços ali necessitamos de 72.000.00€, porque não é só fazer o calcetamento compete-nos a nós fazer tudo isso e compete fazer é fazer águas pluviais também, porque é um dos problemas grandes dali daquele recinto é que quando chove há uma piscina que se forma ali em cima e depois fazer o respetivo alcatroamento e limpeza daquilo tudo, sei que temos aí um orçamento para 72.000.00 €. Já percebi o que me perguntou não repita está a falar naquele bocadinho daquele senhor que no outro dia veio aqui perguntar se podíamos pôr lá terra, pergunta muito bem mas eu neste momento não lhe sei responder diretamente se neste projeto está incluído este calcetamento e se nos compete a nós câmara ou se não, mas já tomei nota e vou ver o que é que se passa.-----

--- Retomando a palavra a Senhora Vereadora disse: "É que nós temos a informação que há um despacho do Sr. Presidente a dispensar o loteador deste trabalho, isto è verdade? Por último o Senhor Justino propôs e bem na nossa opinião, na última reunião de Câmara uma alteração ao tarifário das águas para os emigrantes queríamos saber porque realmente concordamos com esta sugestão, se já foi feito algum contacto com as Adaz nesse sentido, a que o Senhor Presidente respondeu "vou ver, reunimos há poucos dias com a nova Comissão e com as Águas para fazermos as apresentações e para saberem com quem é que deviam contactar connosco, Câmara, falámos em variadíssimas coisas mas esta é uma que pode estar em cima da mesa e ainda não se adiantou mais nada, penso ouvir a opinião de ambos os lados e também gostaria de ouvir a Comissão nesta matéria, o assunto não está esquecido.-----

--- Interveio o Senhor Vereador António Jorge Lopes nestes termos: "- Boa Tarde a todos, há umas questões muito rápidas a primeira para felicitar a Câmara pelo facto de ter sabido e bem juntar o Seminário sobre o Empreendedorismo e promoção de jovens empresários locais em conjunto com a atribuição das bolsas de mérito e de estudo, pareceu-nos uma iniciativa francamente feliz, esta conjugação de iniciativas, porque aquilo que importava é também transmitir aos mais novos as potencialidades que cada um deles tem enquanto futuro empreendedor. A segunda perguntar ao Senhor Presidente se já tem para me entregar o conjunto de documentação que eu requeira na passada reunião de Câmara, relativamente á Associação "A Poisada do Campino", não obstante o Senhor Presidente da Câmara ter dito ao tempo que iria entregar ao Deputado Municipal Manuel Couceiro, a verdade é que o meu pedido era mais alargado do que o do Deputado Manuel Couceiro e além do mais o pedido do Deputado é o pedido do Deputado, o pedido do Vereador Jorge Lopes é o pedido do Vereador Jorge Lopes, sem prejuízo de nós nos encontrarmos e trocarmos todas as informações relativamente aos documentos que nós entregarem, mas para todos os efeitos gostaríamos de saber se já tem essa documentação até porque o pedido do deputado Manuel Couceiro já foi feito há cerca de um mês e meio e o meu há cerca de quinze dias. Segundo aspeto relativamente á questão da Opel para dizer que fiquei preocupado com a expressão que o Sr. Presidente usou "que não temos esperança que venha" ou seja a verba em causa, mas mais importante que esta frase é sinalizar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte, este processo começou no anterior governo do Partido Socialista, já passou por este Governo e haverá um outro Governo, seja da mesma cor política seja de uma outra cor política diferente, e há um momento em que a posição da Câmara de Azambuja tem de estar suficientemente escudada Independentemente das mudanças dos governos e dos governantes. Está de facto e eu já o disse aqui no mandato anterior, já nessa altura era urgente e agora mais urgente se torna, está de facto na altura de uma vez por todas a Ação Judicial seja interposta, porque uns dizem que não há prescrição outros que há prescrição é necessário que se dê indicações precisas ao advogado do município para apresentar a ação e preferencialmente com prazo. Outra questão, e esta sim é de fundo, nós já andamos desde o mandato anterior que nós viemos falando aqui que o novo Quadro Comunitário de apoio seria a confirmação que o paradigma de funcionamento quer dos Fundos Comunitários quer consequentemente do

funcionamento das Câmaras Municipais e das Autarquias Locais no seu todo, iria ser drasticamente alterado, no início deste mandato elencamos um conjunto de desafios estratégicos com os quais o Concelho de Azambuja, seria confrontado, um deles se prenderia com a questão dos Fundos Comunitários, e porque de facto o manancial de Fundos Comunitários que as autarquias locais tiveram acesso desde a entrada de Portugal na CEE, alterou radicalmente, não soubemos aproveitar bem os anteriores quadros comunitários, daqui para a frente mesmo que queiramos aproveitar nunca conseguiremos atingir o nível de investimento que teria sido possível nos finais dos anos 80 e nos anos 90. Chegamos à conclusão que o palácio de Manique do Intendente. A dada altura perguntamos como é que vai ser o relacionamento Câmara de Azambuja com as outras Câmaras da CIMLT, uma vez que há todo um conjunto de situações que carecem de autorização, entre aspas, dos nossos parceiros da CIMLT, o investimento intermunicipal não vai dar para todos, o Senhor Presidente até dizia que o cobertor não dava para todos, e na altura perguntamos ao Senhor Presidente, neste jogo de forças entre Câmaras quais são os investimentos, que o município de Azambuja não abdica? E ficamos hoje com a informação que já haverá um mapa de projetos que serão inseridos em eventuais candidaturas a fins comunitários e dos quais a Câmara não teve conhecimento, as oposições também têm ideias e este Quadro Comunitário de Apoio vai para lá deste mandato Autárquico; e irá para lá do próximo, com o período de carência vai até 2022. Acresce a dificuldade que o Município de Azambuja tem em afirmar-se do ponto de vista estratégico em candidaturas deste calibre e portanto quanto maior fosse a estratégia em torno de alguns projetos; maior seria a eventual participação do Município de Azambuja em relação aos diversos patamares de captação de Fundos Comunitários. Já terá havido uma reflexão que permitiu que um conjunto de ideias de projetos de um determinado mapa como já se chegou até ao ponto de haver fichas de Projeto e as oposições apesar de aqui terem perguntado ao longo dos últimos meses quais os projetos prioritários em termos de Fundos Comunitários, o Senhor Presidente referiu meia dúzia de projetos soltos, sem qualquer enquadramento específico, e agora ficamos a saber que essa reflexão já terá havido, e não nos foi dado conhecimento da mesma e isso não é correto, não é correto porque desse ponto de vista estão-se a cometer exatamente os mesmos erros que se cometeram desde 1983 para cá em termos de Fundos Comunitários na Câmara de Azambuja; O Poder legitimamente eleito escolhe certas opções e depois não tem capacidade para concretizar aquilo que escolheu, e aquelas que consegue concretizar depois a dado momento, não têm consenso político para serem devidamente acolhidas junto da oposição. queria Sr. Presidente deixar-lhe esta nota e pedir-lhe naturalmente que nos faculte toda a documentação sobre candidaturas a projetos que venham a ser comparticipados a Fundos Comunitários no âmbito do Portugal 2020 que o Sr. Presidente pelos vistos já consensualizou nomeadamente com as respetivas fichas de projeto incluindo os projetos intermunicipais porque nós gostaríamos de saber que projetos são esses que vinculam o Município de Azambuja para lá de 2025. E Já agora talvez não seja pior depois dessa informação distribuída por todos os vereadores, depois de nós termos a possibilidade de analisarmos todos esses projetos, esses compromissos e mapas, também haveria a possibilidade se assim se entender, pode até dar-se o caso de aquilo que lá está esteja correto, mas vamos imaginar que faltaria alguma coisa porque não houve discussão, por isso não seria pior depois de fazermos essa análise, haver também uma reunião entre todos nós eventualmente até com os líderes de bancada da Assembleia Municipal e com os Senhores Presidentes de Juntas, porque definir programas prioritários para o município de Azambuja, sem ouvir Presidentes de junta é muito complicado, e vamos tentar emendar a mão nisto. Admitindo que o Senhor Presidente agora diga que isto ainda está tudo numa fase muito preparatória, muito inicial ainda não há compromissos assumidos e as suas palavras são exageradas no tempo, se foram exageradas eu prefiro que tenham sido exageradas agora e

que se emende a situação do que ficarmos com uma situação mais complicada, acho que o assunto é demasiado importante que termos aqui discussões políticas violentas depois-

---- Em resposta o Senhor Presidente disse: "Senhor Vereador a sua preocupação é a nossa, mas isto não é tão fácil como o Senhor pensa e como o Senhor aqui põe em cima da mesa, nós queríamos muito mais, queríamos poder negociar para o concelho de Azambuja muito mais, assim como os meus colegas fora do concelho de Azambuja, queríamos algum dinheiro para podermos gastar, deram-nos algum dinheirinho pouco que nós na CIMLT tivemos que repartir por todos e isso não chegou para podermos fazer aquilo que nós todos queríamos. Aquilo que Azambuja conseguiu, até porque nós tivemos de prescindir todos de umas obras que queríamos a favor de outros, já fiz algumas fichas de candidaturas, neste momento ainda faltam duas que ainda não estão concluídas, nestas reuniões todas que temos tido, nós só Presidentes, para já o assunto está a ser tratado ainda só ao nível dos Presidentes da Câmaras, que queremos fazer as coisas e não temos dinheiro. Para Azambuja, temos aqui um mapa que diz que nesta matéria eu tenho 300.000.00 € para gastar. Não tenha ilusões porque nós não podemos gastar mundos e fundos e essas reuniões que o Senhor quer, podemos fazê-las e dizer que a Câmara decidiu assim ou assado mas não há hipótese de fazermos aqui alterações nenhuma seja em que matéria for. A única coisa que tentei foi realmente aqui poder anunciar algumas matérias a todas as freguesias. A iluminação pública por exemplo, deram-nos para o Concelho todo de Azambuja setecentos e qualquer coisa pouca mil euros, para nós podermos alterar a iluminação pública no Concelho de Azambuja, o estudo que está a ser feito aqui nos nossos serviços primeiro vamos contemplar as sedes de freguesia e depois o que sobrar iremos com certeza às terriolas, digamos assim, que pertencem a essas freguesias, posso dizer-lhe que o passeio pedestre, pedonal e tudo mais é uma coisa que é intermunicipal, irá partir aqui de Azambuja irá acompanhar todos estes Concelhos e irá parar já fora do Concelho de Azambuja as piscinas não tenhamos ilusões este Quadro Comunitário não nos dá mundos e fundos. a prioridade que demos foi a escola isto não é uma questão de nós termos muito e podermos fazer isto e aquilo, não tenhamos ilusões foi só aquele dinheiro que nos deram para podermos gastar, eu fui a uma reunião com a Dra. Irene e o Dr. Portela e a ficha que nós lá pusemos para limpeza da vala do esteiro, para podermos recuperar o barco e fazermos aqui um projeto intermunicipal, esse dinheiro não dá para nada, vamos ver o que é que conseguimos fazer, não tenham ilusões que este Quadro Comunitário de apoios nos vá tirar do buraco que vai dar par tudo e que nós vamos fazer aquilo que queremos, no entanto quando eu tiver as fichas prontas, eu lhas darei mas digo já aquilo que lhes acabei de dizer é aquilo que é partilhado por todos os Presidentes da CIMLT, independentemente da cor política, não tenha ilusões de que se eu tivesse reuniões consigo conseguiríamos mais coisas. Queríamos apoio para abertura de escolas não podemos, para reparação de estradas também não temos, muita coisa não temos só aquilo que lhe disse onde há alguns valores mais disponíveis é aquilo que podemos fazer e portanto perante isto não há mais nada a fazer, quando eu tiver tudo isto programado com certeza que vos irei entregar e lhes irei transmitir. E mais até tenho colegas meus que pouca esperança têm em tudo isto, nós vamos enviar as fichas com estas candidaturas. Quanto ao problema da OPEL posso dar-lhes cópias de toda a correspondência trocada, há aqui um problema com as finanças e a antiga OPEL, depois o Governo diz que ainda não recebeu o dinheiro que o outro ainda não pagou, há para aqui uma confusão total e posso dizer o seguinte, a nossa ideia, e já o disse numa reunião de Câmara anterior que tinha dado indicações ao nosso advogado para avançar com este processo em tribunal, agora recuei um bocadinho porque acho que não era legal nem simpático da nossa parte depois de eu ter tido a reunião com o Senhor Secretário de Estado e de esperar que ele dissesse qualquer coisa nós avançarmos já, estou a aguardar que ele me diga qualquer coisa e depois logo se vê, já lhe deixei essa mensagem que nós iríamos avançar e portanto logo se vê, agora quando vier a

resposta, deixo passar até depois da feira de Maio, e foi quando eu disse que tinha pouca esperança nisso, da maneira que as coisas estão há anos que este processo vem enrolado e ninguém o desenrola, não vejo grandes vontades de mexerem no assunto e que nos possam enviar para aqui o dinheiro que nos devem, foi só por isso que eu disse há pouco que tinha pouca esperança de o ver, mas vamos aguardar. Se falei no Palácio de Manique estava confuso é casa da Câmara no Palácio, mas nada disso está incluído, há uma abertura para as IPSS, vou enviar-lhe os mapas que me pediu, há muitos programas intermunicipais eu tenho uma listagem deles daqueles que vão ser feitos por todos os municípios.”-----

--- Retomando a intervenção o Senhor Vereador António Jorge Lopes disse:” Senhor Presidente, agradeço as suas explicações, em relação à história da OPEL, só para sublinhar o seguinte, já o disse antes noutros tempos com outro Presidente e reafirmo hoje, cada vez que nós contemporizamos com o Governo que lá está na tentativa de haver uma resposta, é certo e sabido que não vem resposta nenhuma, e portanto quanto mais cedo se colocar a ação no tribunal melhor, para demorar já vai demorar o tempo que vai estar no tribunal e portanto não é por causa deste secretário de estado dizer que vai resolver, ou que vai estudar a situação, se calhar chegando a Junho ou Julho, o Senhor Vice- Presidente é capaz de saber disto melhor que eu, o Governo entra em Governo de Gestão, e entretanto em Governo de Gestão não aparecem nada destas coisas e portanto Senhor Presidente dê rapidamente instruções ao advogado da Câmara para avançar com a ação em tribunal, sem prejuízo do gabinete jurídico ter outro entendimento, que não tem aqui a ver com a questão política, porque ainda recentemente, mais uma vez foi anunciado, é para aí a quarta ou quinta, que a ação ia ser posta em tribunal.

Em relação á questão dos Fundos Comunitários, como disse há pouco, nós não ficamos nada surpreendidos com o facto do paradigma dos Fundos Comunitários Portugal 2020 não ser igual ao anterior, aliás aqui a Vereadora Maria João Canilho, quando nós começamos a discutir a questão do Pré-escolar em Aveiras, a Vereadora Maria João disse aqui preto no branco para quem quis ouvir, não vai haver financiamento comunitário para novos centros escolares e na altura surgiram muitas dúvidas, este Quadro Comunitário de apoios é diferente dos anteriores, mas compreendemos o seu ponto de vista, e entretanto aguardamos que nos faça chegar todos os elementos que nós pedimos, com mais um se faz favor, que é o seguinte: qual é o valor total que foi atribuído à CIMLT em termos de financiamento comunitário e qual o valor que vai ser canalizado para a Câmara de Azambuja e em que projetos. Em resposta o Senhor Presidente disse:” Senhor Vereador não me recordo de a Vereadora Maria João ter dito que não havia dinheiro para o Centro Escolar, não sei se disse se não disse, mas errou o Centro Escolar era precisamente para a Azambuja, o Presidente da Câmara de Azambuja, em função do número de alunos, é que prescindiu do Centro Escolar, a favor de Benavente e doutra Câmara e eles deram-nos a nós alguns dinheiros, desde início que eu disse Azambuja prescinde do Centro Escolar mas quero contrapartidas para Azambuja, posso dizer-lhes que o Vice – Presidente foi a uma reunião dos Fundos Comunitários a Évora e que lá foi falado que estas pequenas obras nos agrupamentos deviam ser contempladas e daí nós termos insistido, porque uns diziam que não outros que sim.”-----

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes, nos seguintes termos:” Boa Tarde, eu não sei se o Senhor Presidente já percebeu que a OPEL não quer pagar e a Câmara quer receber, portanto é acionar os mecanismos para fazer a OPEL pagar e quanto mais um minuto se atrasar pior, porque o sol também está a acabar a sua capacidades, qualquer dia morremos todos queimados e ainda não há dinheiro da OPEL, eu acho que isso é uma falta de sentido de defesa do interesse municipal, devo desde já dizer que me entristece muito um homem que tem um passado como Presidente de junta e que chega aqui e diz uma coisa dessas, não pode ser assim; Já o anterior Presidente da Câmara fez o mesmo e eu acho que isso é uma vergonha para o interesse municipal, dê instruções ao jurista municipal para acionar aos mecanismos

para pôr a OPEL em tribunal, é isso que tem de fazer e já devia ter feito desde o início do mandato e já lá vão quase dois anos. Há uma outra questão aqui que decerto o Senhor Presidente por distração, passado um ano e meio assume na verdade que foi por iniciativa sua que desistiu da construção do Centro Escolar de Aveiras, para o Agrupamento Vale Aveiras, a CDU já tinha percebido que isso ia acontecer e portanto começou a exigir o Pré-Escolar, o Pré-Escolar é uma responsabilidade do município para com o Agrupamento Escolar Vale Aveiras e para Aveiras em particular, e portanto com financiamento comunitário ou não, a Câmara tem obrigação e responsabilidade de o construir lá e uma vez que não há dificuldades para obter financiamentos para a Eficiência energética, arranjar um projeto de requalificação energética da mesma escola e nesse projeto incluir o Pré-Escolar que são duas salas, eu creio que é totalmente possível havendo boa vontade política e competência técnica Municipal. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente disse: "um dos projetos e uma ficha que está feita é precisamente esta da Eficiência energética na escola, nós tivemos a reunião ao pé da junta de freguesia e está incluído e posso dizer-lhe aquilo que acabou de dizer se não for contemplado as duas salas de aulas, nós, Câmara Municipal vamos assumir a construção dessas duas salas, mesmo que os Fundos Comunitários não venham destinados a estas duas salas de aulas, era bom que viessem, se viessem nós pegávamos neste dinheiro e podíamos fazer outras coisas, mas se não vierem com certeza que nós iremos fazê-las, é ponto assente. -----

--- Continuando a sua intervenção o Senhor Vereador David Mendes disse: " Evidentemente que isso era possível, a CDU já tinha percebido que isso era possível, quero também referir a questão que foi referida pela vereadora Maria João Canilho em relação á despesa de pagamento da tarifa de disponibilidade para os imigrantes, eu não concordo nada com isso e também não concordo nada com aquilo que o Justino aqui disse, o que deveria ser e o que deveríamos estar a falar era se as casas não habitadas deveriam pagar ou não taxa de disponibilidade, como é obvio, não só para os emigrantes, porque os emigrantes felizmente e ainda bem para eles, que muitos deles têm uma situação económica muito superior a alguns que vivem miseravelmente nestes país, é preciso muito cuidado no enquadramento das coisas porque nós vamos ter de partir muita pedra com as Adaz e isso é uma questão que á partida violará a Lei que aprovaram na Assembleia da República. Queria também colocar um problema que poderá ser um problemão, a Câmara Municipal como sabem, aprovou o saldo de gerência, desse saldo de gerência já foi captado pelo Governo quase metade, 800.000.00 €, ainda ficou alguma coisa para distribuir, mas já fizemos aprovar uma alteração Orçamental para que pudesse ser essa verba distribuída, mas há aqui um pequeno problema a alteração Orçamental não foi aprovada em sede de Assembleia Municipal, até prova em contrário, a CCDR diz taxativamente o seguinte no parágrafo quinto "em síntese, o saldo da Gerência anterior só pode ser aprovado e utilizado para a despesa orçamentada, na sequência da apreciação e aprovação da prestação de contas pelo órgão deliberativo e após aprovação por este órgão da revisão Orçamental". Isto pode trazer-nos problemas técnicos a nós Vereadores e ao próprio Presidente da Câmara, eu aconselhava o Município a falar com todos nós incluindo o chefe de bancada da Assembleia Municipal e levar este documento á Assembleia Municipal para aprovação, para nós estarmos á vontade com a utilização das verbas do saldo de gerência porque considerando isto nem para Lisboa eles podem ir, não podem ser mexidas nem utilizadas, embora a sua distribuição já tivesse sido aprovada, podemos utilizá-las? Das duas uma ou levamos em consideração este parecer da CCDR – Norte ou então pedimos um parecer ao nosso departamento jurídico, ou então e eu apologista desta solução, levamos isto outra vez a Assembleia Municipal e aprovamos as contas- Eu queria dizer que isto é uma situação que é necessário verificar com muita atenção, não vá isto causar problemas e ter o Sr. Presidente da Câmara de repor o dinheiro e portanto é esta a questão que tem de ser muito bem vista e muito bem interpretada, porque para mim não tenho dúvidas, interpreto desta maneira, mas

pode haver quem interprete de outra maneira, mas como não é sangria desatada, podemos na próxima Assembleia ou até numa Extraordinária, o Senhor Presidente é que sabe, resolver este problema, que é um problema técnico mas pode fazer toda a diferença”-----

--- O senhor Presidente solicitou cópia do Documento ao Senhor Presidente, dizendo que na altura tinha sido entendimento, que ----independente que a Assembleia pudesse ou não aprovar as contas, mas depois disto que o Senhor aqui pôs nós podemos retomar esta situação e pedir novamente o Parecer, mas aquilo que nos foi dito foi que as contas tinham de ser aprovadas pelo Executivo, que esta situação não, vou tirar uma cópia e vamos ver .-----

--- Interveio o Senhor Vereador António Jorge Lopes que disse: Senhor Presidente, a dada altura o Relatório e Contas de Gerência e a aplicação dos saldos nós apresentamos aqui algumas dúvidas e dissemos que tínhamos uma informação de vários técnicos que tinham uma opinião diferente sobre a aplicação ou não do saldo de gerência em função do exercício, na altura para melhor conforto de todos que estão aqui sentados nesta bancada até fizemos um pedido ao Senhor Presidente para solicitar um Parecer á Sociedade de Revisores de Contas; relativamente e em concreto á proposta do saldo de Gerência, nós levantamos uma série de questões, mais, indicamos uma série de legislação que entendíamos deveria ser interligada na análise que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deveria fazer, do nosso ponto de vista nada obsta a utilização do saldo de gerência. De acordo com a Lei a nossa responsabilidade está a coberto com esse parecer técnico, aliás eu e a Vereadora Maria João votamos, sustentados nesse parecer técnico, não obstante continuarmos com dúvidas porque as opiniões sobre o assunto não são claras, o Vereador David Mendes trouxe mais uma opinião sobre a mesma matéria, mas com outro ângulo de visão que concluí que não se pode mexer, isto para dizer apenas o seguinte: do ponto de vista da nossa responsabilidade financeira enquanto Vereadores estamos a coberto com o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que foi por nós pedido ao Senhor Presidente e que o Senhor Presidente encaminhou para os ROC, quanto á matéria de fundo o Parecer agora da CCDR que tem outra visão para o mesmo problema, talvez não seja pior pedir aos ROC um novo Parecer sobre a mesma matéria à luz da opinião da CCDR, isto á cautela.” Em resposta o Senhor Presidente disse: Acho que sim, tomei nota, o que todos queremos é que não haja aqui problemas para ninguém, porque realmente pedimos Parecer e foi o Parecer que nos deram, mas depois do Senhor Vereador levantar a questão irei pedir novo Parecer e pedirei também ao Sr. Dr. Manuel Rodrigues que faça uma análise sobre o assunto e até mesmo à CCDR e à DGAL, ainda hoje seguirá por mail o pedido, nós queremos é que tudo seja feito dentro da legalidade. -----

--- Retomando a palavra o Senhor Vereador David Mendes disse: “o que está aqui em causa não é a utilização da verba, é a utilização da verba antes de ser aprovada, é essa a questão, o Parecer do ROC não me deixa dúvida nenhuma, é claro que pode ser utilizada, a pergunta que a Coligação fez não foi bem esta, foi com o saldo negativo global se podia utilizar o saldo de gerência, e a resposta veio conclusiva, o problema que se põe é se o saldo de gerência pode ou não ser utilizado se as Contas não forem aprovadas, esta é que é a questão. -----

--- Interveio o Senhor Vereador Herculano Martins dizendo: “ Por vezes fico impressionado com algumas coisas que se dizem nesta Reunião de Câmara, ultimamente relativamente á EMIA chegou-se à conclusão e toda a gente era consensual que se deveria extinguir a EMIA. Após a extinção da EMIA muita gente vem dizer que aumentaram as dívidas da Câmara, eu pergunto, será que não sabiam que após extinção da EMIA todos os ativos e passivos passariam para a câmara Municipal? Isto era consensual e toda a gente sabia disto, agora quanto ás contas havia uma certeza que as oposições votariam contra na Câmara e na Assembleia Municipal, hoje vêm sugerir outra Assembleia para ser aprovado, primeiro faz-se uma guerra terrível, não se aprovam as contas, vem na Comunicação Social que não se aprovam as contas, passados uns dias sugere-se nova Assembleia para nós podermos utilizar o

saldo, eu fiquei impressionado, as oposições votam de uma maneira cega só para ser oposição, dever-se-ia analisar entre todos, é o que acontece e é por isso que agora estamos numa situação destas, muitas vezes vota-se contra só para votar contra.-----

--- O senhor Presidente entregou a seguinte documentação solicitada em anterior Reunião: Gravação da reunião de 7 de Abril, todos os Protocolos estabelecidos com a Associação " A Poisada do Campino, assim como o Regulamento , os Estatutos da Associação, e resumos da Gestão de diversos anos.-----

-----EXPEDIENTE-----

-----ORDEM DO DIA-----

---PROPOSTAS:-----

---1- Proposta Nº 55/P/2015 - Feira de Maio 2015- Realização de trabalho Extraordinário-----

--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

- "Considerando que para a realização da Feira de Maio de 2015, designadamente para a montagem e desmontagem da mesma e apoio ao certame, torna-se necessário que colaboradores de alguns setores de atividade realizem trabalho extraordinário no período compreendido entre Abril e Junho do corrente ano;-----

--- Considerando que as referidas tarefas poderão exceder os limites de duração de trabalho extraordinário previstos no n.º 1 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;-----

--- Considerando que a organização do evento - Feira de Maio -, não se compadece com os limites de duração do trabalho extraordinário legalmente estabelecido no normativo supra referido, e por que a mesma se trata uma circunstância excecional e delimitada no tempo.-----

--- Proponho:-----

---Que a Câmara Municipal de Azambuja, ao abrigo do disposto na al) b) do n.º 2 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, delibere autorizar o pagamento do trabalho extraordinário realizado no âmbito da Feira de Maio de 2015 que exceda os limites de duração previstos no n.º 1 da citada norma, até ao limite remuneratório de 60% da remuneração base de cada trabalhador."-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 55/P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

---2. Proposta Nº 56/P/2015 - Acordo de Cessão de Contrato de Trabalho-----

--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando:-----

---1. O requerimento apresentado pela trabalhadora ANA MARIA CARDOSO MOREIRA, no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local;-----

---2. a informação dos serviços, quanto à verificação das condições de admissibilidade e cálculo provisório da compensação;-----

---3.o fato da trabalhadora, ao longo da sua carreira de 32 anos, ter demonstrado inteira dedicação ao serviço da autarquia;-----

---4.a precariedade do estado de saúde da requerente;-----

---5. o parecer do Sr. Presidente da Câmara , emitido nos termos do n.º 1, do art. 8.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro;-----

---6. que a cessação do contrato de trabalho não implica a substituição do trabalhador mas a consequente extinção do posto de trabalho;-----

---7. ter de existir disponibilidade orçamental no ano de cessação do contrato de trabalho;

--- Proponho-----

--- que a Câmara Municipal delibere autorizar a celebração de acordo de cessação do vínculo de emprego público, conforme dispõe a alínea a), do artigo 7.º da Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro."-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 56/P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

--- 3.- Proposta Nº59 /P/2015- Aquisição de Comunicações de dados e de voz móveis-----

--- Considerando:-----

--- O teor da Informação n.º 11/DAF/2015 de 13/05/2015, referente ao procedimento - Ajuste direto para aquisição de Comunicações de dados e de voz móveis;-----

---- O teor da Proposta n.º 111/P/2014 que delega na Câmara Municipal a competência para a autorização Prévia de compromissos plurianuais.-----

----- Proponho:-----

--- A autorização para a assunção do compromisso plurianual referente ao procedimento “Ajuste direto para aquisição de Comunicações de dados e de voz moveis ”, no valor de 29.223,37€ (a que acresce IVA à taxa legal em vigor), a satisfazer pela dotação da R.O 02/02.02.09, cabendo 8.000 € em 2015 e de 11.800 € em 2016 e 9.423.37 em 2017 (valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor).-----

---Uma vez posta a votação a Proposta nº51/P/2015 foi aprovada por com cinco votos a favor e duas abstenções da CPFNT.-----

--- **4. Atribuição de Apoios:**-----

--- **4.1 – Proposta Nº17/VP/2015- Poisada do Campino – Transporte.**-----

--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “ Considerando que :-----

--- A Poisada do Campino vai celebrar o seu 26º aniversário e solicitou nos termos do email em anexo, o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para o empréstimo de duas viaturas pesadas com grades para transporte de gado para os dias 22 e 23 de Maio e três viaturas ligeiras para transporte de campinos;-----

--- O evento insere-se na comemoração do “16º mês da Cultura Tauromáquica” do Concelho de Azambuja.-----

--- A Câmara Municipal dispõe de viaturas aptas para o transporte solicitado e que não se encontram em uso pelos serviços na data do transporte;-----

--- De acordo com a alínea U do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

--- Proponho:-----

--- Que a câmara delibere ceder a título gracioso o referido transporte à Poisada do Campino-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº51/P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **4.2. Proposta Nº 54 /P/2015 – Campinos.**-----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---“ Considerando :-----

- a tradicional participação dos Campinos do Ribatejo na Centenária Feira de Maio a realizar de 28 de Maio a 01 de Junho do corrente ano;-----

--- o seu indispensável envolvimento em atividades como: Esperas de Touros, Desfile pelas ruas da Vila com archotes, Desfile e participação nas cerimónias de Domingo e em Provas de Perícia e Condução de Cabrestos.-----

--- **Proponho:**-----

--- Que no âmbito do protocolo de colaboração com a Poisada do Campino, aprovada pela Proposta 31/P/2015, para fazer face às despesas envolvidas nas citadas atividades e ao abrigo do preconizado na alínea u) do nº1 do art.33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, seja atribuído um apoio financeiro até 5.600.00€-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº54/P/2015 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **4.3- Proposta Nº18 /VP/2015 – Confraria N. S. do paraíso.**-----

---O Senhor Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---“ Considerando que:-----

--- Que é atribuição das autarquias locais promover o bem-estar social das populações;

--- Que nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 33, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, é da competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos, que promovam, no Município, fins de interesse público;-----

--- O pedido apresentado pela Confraria N. Sra. do Paraíso - de 20m3 de areia lavada, para dar início ao reboco das paredes exteriores do referido edifício.-----

--- **PROPONHO:**-----

--- A cedência, à Confraria N. Sra. do Paraíso – de 20m3 de areia lavada para dar início as obras do

referido edifício.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº54/P/2015 foi aprovada por unanimidade.

--- 5.- Proposta Nº57/P/2015- Assunção de Compromisso Plurianual – Autorização

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

---“Considerando:

---a necessidade de se proceder ao contrato de assistência técnica para um copiador/impressora/scanner/fax para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Azambuja (CPCJ), através de solicitação dos serviços pelo período previsual de 19 meses (Junho de 2015 até Dezembro de 2016), data de cessação dos demais contratos similares em vigor.

--- que foi presente uma proposta da firma Dupliême, com os valores anuais de 180,00€ + IVA 23%, com 20.000 cópias incluídas, e com o pagamento de 9,00€ + IVA 23% por cada 1.000 cópias excedentes, com fornecimento de toner e assistência técnica necessária ao equipamento e 20,00€ + IVA 23%, para despesas de elaboração de contrato.

--- a prestação de serviços encontra-se cabimentada através da proposta de cabimento 867/2015.

--- o teor da proposta n.º 30-A/P/2013 na qual a competência para a autorização Prévia de compromissos plurianuais se encontra delegada na Câmara Municipal.

--- Proponho:

--- A autorização de compromisso plurianual referente ao contrato de assistência técnica acima mencionado, pelo período previsual de 19 meses, com o valor total de 305,00€ ao qual acresce iva à taxa legal em vigor, a satisfazer pela R.O. 02/02.02.19 associada ao plano 01.04.01, com a seguinte repartição de encargos e respetivos compromissos plurianuais:

ANO	VALOR
2015	200,00€
2016	105,00€

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº57/P/2015 foi aprovada com cinco votos a favor e duas abstenções (CPFNT).

--- 6.- Proposta Nº58 /P/2015- Aquisição de Apólices de Seguros revogação de Proposta

---A Proposta nº58/P/2015 foi retirada.

---7- Proposta Nº19 /VP/2015 – Protocolo de Parceria com o ICNF, IP e Associação dos Bombeiros Voluntários de Azambuja.

---O Senhor Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

---“Considerando que:

--- I. As atribuições que o Município de Azambuja dispõe no domínio da Protecção Civil;

---II. Que o Instituto da Conservação da natureza e das Florestas, IP.(ICNF,IP) propôs à Câmara Municipal a celebração do protocolo em anexo;

---III Que compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, conforme disposto na al) r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

--- Proponho:

Que a Câmara delibere autorizar a celebração do Protocolo de Parceria nos termos e condições da minuta anexa à presente proposta.

---PROTOCOLO de PARCERIA

--- entre

--- O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (adiante designado por ICNF, I.P.), pessoa coletiva pública n.º 510342647, Instituto Público integrado na administração indireta do Estado e dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, com sede na Avenida da República, 16 a 16 B, 1050-191 Lisboa, representado pela Diretora do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, Doutora Maria de Jesus Fernandes, na qualidade de 1.º Outorgante,

--- A Câmara Municipal da Azambuja (adiante designada por CMA), com sede na Praça do Município, 19, 2050-315, Azambuja, com o NIF n.º506821480 representada neste ato pelo seu Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, na qualidade de 2.º Outorgante,

--- A **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Azambuja** (adiante designada por AHBVA), com sede na Rua José Ramos Vides, 8, 2050-334 Azambuja, com o NIF n.º 501 130 284, representada neste ato pelo Presidente, o Senhor André Salema, na qualidade de 3.º

--- Outorgante. -----

--- CONSIDERANDO QUE: -----

--- A - O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, elege de entre os diversos eixos de atuação, o "Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais" e a "Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios";-----

B - O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), que assenta em três pilares fundamentais, o primeiro relativo à prevenção estrutural, o segundo referente à vigilância, deteção e fiscalização e o terceiro respeitante ao combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;

C - O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, prevê ainda um conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas e proteção das florestas contra incêndios;-----

D - O Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio, institui o Sistema Integrado de Operações de Operação e Socorro (SIOPS);-----

--- Entendem as PARTES celebrar o presente protocolo de parceria, nos termos das cláusulas seguintes:-----

--- **Cláusula 1.ª** - (Objeto e âmbito do protocolo)-----

1 - O presente protocolo tem por objeto a colaboração do ICNF I.P., através do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo (DCNF-LVT) na disponibilização gratuita, de acesso e utilização temporária, de parte da área geográfica e instalações de apoio correspondente ao antigo Centro Aquícola da Azambuja, pelo Corpo de Bombeiros Voluntários da Azambuja, no âmbito da Diretiva Operacional Nacional - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF - 2015), para localização e funcionamento de um Posto Avançado de Bombeiros.-----

2 - Este protocolo visa ainda estabelecer as condições de operacionalidade, bem como as condições de utilização do espaço e eventuais benfeitorias na manutenção das infraestruturas e gestão de combustível.-----

--- **Cláusula 2.ª** - (Ações)-----

--- As ações a desenvolver no âmbito do presente protocolo encontram-se enquadradas na missão e competências das entidades envolvidas, bem como no contributo dos organismos e instituições que concorrem para a defesa da floresta contra incêndios florestais, decorrente dos grandes objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra incêndios (PNDFCI).-----

--- **Cláusula 3.ª** - (Responsabilidade do ICNF, I.P.)-----

--- 1 - O ICNF, I.P. compromete-se a definir e disponibilizar a ocupação e usufruto do espaço necessário e acordado do Centro Aquícola da Azambuja, no período que decorre entre 1 de Junho e 31 Outubro (fases de perigo - Bravo, Charlie e Delta), de modo a que a permanência de meios e recursos, garantam uma resposta operacional adequada e articulada na defesa do património florestal do município da Azambuja.-----

2 - O ICNF, I.P. compromete-se a delinear e acompanhar os trabalhos de gestão de combustível e de manutenção de infraestruturas, que forem acordadas pelas partes, no âmbito do necessário para a concretização do fim prosseguido no presente protocolo, a partir da data da assinatura do mesmo.-----

4 - O ICNF, I.P. estudará a possibilidade de enquadramento do ponto de água aéreo bem como o ponto de água misto, localizados na área do Centro Aquícola da Azambuja, sendo os mesmos incluídos no Plano Operacional Municipal da Azambuja (POM), ao serviço do DECIF.-----

--- **Cláusula 4.ª** - (Responsabilidades da AHBVA e da CMA)-----

1 - A AHBVA compromete-se, em articulação com o ICNF, I.P., a efetuar operações de requalificação do espaço e instalações de apoio, bem como a necessária manutenção e conservação para o bom funcionamento do referido Posto Avançado de Bombeiros.-----

